

## O Pós-Salazarismo

Joaquim Aguiar

### I – Apresentação

A comunicação apresentada no seminário organizado pela Associação 25 de Abril em Maio de 1984 não pode, pela sua extensão, ser publicada nesta colectânea. Será objecto de uma edição pelas *Publicações D. Quixote* onde o leitor interessado a poderá consultar. O que aqui se publica são apenas três partes onde se referem as suas motivações e as principais conclusões. É sobre elas que algumas ideias de introdução se justificam.

Em geral, pensa-se que o autor de uma tese, especialmente se ela é polémica, a defende de um modo premeditado. A investigação desenvolvida estaria desde o início orientada para a confirmação de uma ideia básica. Assim, a afirmação de que o período 1974-1984 se enquadra dentro de uma designação genérica de *pós-salazarismo* deveria ser o ponto de partida, a que uma investigação posterior viria oferecer os fundamentos convenientes.

Contudo, e ao contrário do que essa noção geral levaria a pensar, não foi esse o percurso seguido neste caso.

O objectivo inicial limitava-se, no quadro das comemorações do décimo aniversário do fim de um regime autoritário, à procura de uma descrição rigorosa das fases políticas que marcaram a evolução neste período. Para o conseguir, propunha-se um método, de utilização relativamente simples por qualquer cidadão interessado pelas questões políticas, que permitisse relacionar os diversos níveis em que a acção política se reflecte e de um modo que assegurasse o estudo dos conjuntos de efeitos de uma decisão política (isto é, que não se limitasse a considerar os seus efeitos directos ou as intenções que lhe presidem, muitas vezes enganadores ou insuficientes para revelar as consequências de cada decisão). Para isso, considerou-se o campo da acção política dividido em sete níveis diferentes, ou subsistemas: o sistema de relações internacionais (SRI), o sistema económico (SEC), o sistema de relações sociais de produção (SRSP), o sistema político-militar (SP-M), o sistema de comportamentos políticos (SCP), o sistema de movimentos sociais (SNS) e o sistema ideológico (SI). Ficava assim construído um referencial de *classificação* (cada acção política tem um efeito principal em algum destes sistemas) e de *ordenação* (na medida em que as inter-relações entre os diversos sistemas permitem determinar o percurso de uma acção política ao longo dos vários sistemas, determinando os seus efeitos globais e a hierarquia das suas influências).

É neste ponto da descrição do método que se deve incluir a tese básica. Ela consiste na previsão de que cada período político será caracterizado por um padrão global nestas inter-relações entre os sete sistemas da acção política, sendo esse padrão definido por uma certa hierarquia entre os sistemas. Inversamente, não se deveria encontrar o mesmo padrão global em dois períodos que fossem politicamente diferenciáveis. No seu traço essencial, esta tese básica corresponde à noção de que cada período político é caracterizado por uma certa estratégia política manifestada nas suas acções concretas (e que nem sempre corresponde às intenções expressas). O método adoptado (análise matricial) é apenas um dispositivo operativo para detectar estas estratégias práticas (sendo óbvio que uma análise de conteúdo das intenções programáticas ou mesmo dos interesses objectivos dos responsáveis políticos não é suficiente para dar conta das suas acções concretas).

Para que a descrição do método fique completa resta apenas referir uma tese secundária. Ela consiste na admissão de que é possível propor para uma sociedade como a portuguesa um quadro *normal* de inter-relações entre os sete níveis de acção política e que corresponda às condições de acção política no longo prazo. Este quadro normal funcionaria assim como um *referencial tendencial*, o padrão para o qual tendem as situações conjunturais. Naturalmente, não há uma exigência imperativa de que essa tendência seja respeitada; mas quando não é respeitada ficam reunidas as condições para um diagnóstico de instabilidade política - estará em formação um novo padrão de relações entre os sistemas de acção política e, no interior do padrão então dominante, os efeitos indirectos, perversos e não intencionais tendem a ser mais importantes do que os efeitos directos que são controláveis pelos decisores políticos.

Com base nestas condições de método foi possível estabelecer uma distinção entre fases políticas até 1984, acrescentando-se uma previsão, em três hipóteses, sobre o que pode ser a evolução política no período futuro, posterior à próxima eleição presidencial (que, em condições normais, se realizará em Dezembro de 1985). É isso que se resume na figura seguinte, onde os diversos períodos são diferenciados em função das hierarquias estratégicas que se estabelecem entre os sete níveis de decisão política.

Não sendo feita aqui a descrição pormenorizada desta evolução política concreta, importa apenas sublinhar que só depois de realizada esta operação de periodização (e que era o objectivo principal da investigação) se tomou óbvio um traço surpreendente: não obstante a intensidade do corte que é constituído com a mudança do regime

político (de um regime autoritário para um regime democrático, com possibilidades políticas substancialmente diferentes), o sistema de problemas políticos não tem uma alteração essencial. Pelo contrário, muitas das transições entre períodos políticos estão marcadas pela incapacidade do poder em exercício para resolver problemas que se revelam com o fim do salazarismo - e que ainda hoje não estão resolvidos.

É fácil de aceitar que se trata de um resultado surpreendente, não só porque não estava inserido no quadro de objectivos da investigação, mas também porque não seria de esperar que houvesse uma continuidade significativa entre os problemas do autoritarismo e os problemas da democracia. Porém, uma vez revelada, esta surpresa aparece como uma hipótese de extrema simplicidade para explicar o que, sem ela, é incompreensível: a sucessão de fracassos políticos no interior do regime democrático é de tal modo gritante que não se vê como é que esses fracassos podem estar associados com a democracia. É certo que a normalidade e o funcionamento democráticos não foram, ou não têm sido, suficientemente potentes para interpretar e resolver essa continuidade das problemáticas económica, social, política e ideológica. Mas é razoável aceitar que uma esperança excessiva depositada na mudança de regime tenha obscurecido a ameaça oculta nesta continuidade (melhor: neste agravamento) de problemas que transitaram de um regime para outro. E, no quadro desta surpresa, não se pode esquecer que também as personalidades políticas transitaram de um regime para o outro sem serem obrigadas a profundas revisões conceptuais; algumas limitaram-se mesmo a breves reciclagens formais, onde ligeiras adaptações linguísticas lhes permitiram dispensar qualquer alteração de atitudes. De facto, só nos períodos de euforia tem sentido conceber a mudança de regime político como um corte de tendência; uns anos mais tarde, a experiência acumulada aconselha antes a observar a mudança de regime como uma transição longa - e que será tanta mais longa quanto mais demorado for o processo de verificação da inviabilidade das tendências que vêm dos tempos de vigência do regime derrubado.

É ainda este resultado surpreendente que sugere a tese do *pós-salazarismo*, um longo período de transição que se inicia com o desaparecimento do ditador (se seguirmos uma lógica de poder político, pois se for escolhida uma lógica dos problemas políticos será provável que a escolha da data do início da transição remonte à guerra colonial) e que continua para lá da mudança de regime. Não se trata de invocar a «herança do fascismo» que, aliás, o novo regime adoptou com traços de heroísmo (e que está bem patente nas nacionalizações, na utilização do aparelho do Estado, na vocação para produzir leis de segurança). Também não se trata, obviamente, de dizer que não existiu a mudança de regime, ou que não há uma diferença radical, na forma e nas possibilidades políticas, entre o autoritarismo e a democracia. Trata-se apenas de reconhecer que o *pós-salazarismo continua* e por dois modos: no sentido de não terem sido resolvidos os problemas de poder deixados pelo desaparecimento de Salazar e no sentido de continuarem o seu curso destrutivo os problemas económicos, sociais, políticos e ideológicos que se manifestam desde 1968.

Provavelmente, não seria impossível aplicar a outros sistemas políticos europeus o mesmo tipo de análise de longa duração para encontrar uma continuidade semelhante à que se encontra em Portugal. No entanto, em nenhum outro sistema político (nem mesmo no espanhol) foi o corte formal entre regimes tão nítido como em Portugal. Por isso é aqui mais surpreendente a continuidade. Em termos de estratégia política, é também por isso que é mais importante denunciar a hipótese de continuidade (ainda que fosse só como suspeita, o que infelizmente não é) para que ao menos não continue a ilusão.

## II. - O pretexto de uma comemoração

Este texto tem uma data precisa e uma finalidade determinada. 'Corresponde a um convite feito por quem, há dez anos aceitou correr riscos reais que outros preferiram adiar, certamente para terem tempo de avaliar o que seriam as oportunidades mais seguras da época. Ao responder a esse convite, não posso esquecer que uma comemoração só tem sentido se for uma responsabilidade assumida no presente. Se não for isso, também seria uma forma de ficar à espera de avaliar as oportunidades da época. Não sendo agora necessário assumir um risco comparável ao que os elementos do Movimento das Forças Armadas aceitaram há dez anos, continua a ser justificável que se escolha, no domínio analítico e no domínio político, um percurso que seja de risco e de frontalidade.

Seria bom que cada um trouxesse para as comemorações o que tem, sem olhar para o lado para saber o que trazem os outros. Não parece que este seja o momento para afirmar ortodoxias ou para procurar estabelecer defesas corporativas.

Como acontece com todas as acções políticas, a mensagem do 25 de Abril de 1974 só se pode encontrar nos sucessivos ecos que foi tendo até hoje e nos que ainda são possíveis para o futuro que está ao nosso alcance. Por isso mesmo, este texto não se dirige à pureza dos ideais primitivos. O que conta, em termos políticos, é o que foi feito com esses ideais. Pouco importa quem os afirmou e com que sinceridade os defendeu. O que fica, na realidade política, são as decisões e os actos.

### **Significado analítico**

Do ponto de vista das teorias disponíveis para a análise política, esta é uma interessante oportunidade de revisão crítica de muitos modelos habitualmente usados para interpretar a sequência dos acontecimentos e para prever as suas consequências.

A variedade dos acontecimentos verificados neste período constitui um bom campo experimental. A frequência dos fracassos permite fazer apreciações que não sejam distorcidas por características indefiníveis, como o talento e o génio - manifestamente, não abundantes. A confirmação prática de muitas previsões teóricas permite ilustrar em que medida a teoria é impotente para informar os decisores políticos ou para evitar a aceitação de caminhos inviáveis.

É conhecido, e até abertamente declarado, o pouco valor atribuído por muitos responsáveis políticos às indicações da teoria e às condições do pensamento sistemático. Em geral, dão mais importância aos estímulos da ambição (que se expressa como vontade política para não se revelar como oportunismo) e às indicações do instinto (que assim aparece como o critério essencial da decisão política). Se a ambição conduz ao fracasso ou à ilusão do

poder, prossegue-se o jogo aumentando a aposta, numa escalada de fuga para a frente e de concentração de poderes - mas com máscaras sucessivas. Como o instinto é adaptativo aos estímulos negativos do fracasso e da dor, as decisões políticas mais relevantes vão ficando sem autor com a passagem do tempo, porque quem as tomou acha mais conveniente renegá-las. O instinto político não é, afinal, uma capacidade singular para orientar a sociedade em caminhos viáveis. É um talento de adaptação às circunstâncias, um instinto de sobrevivência.

É natural que este modo de exercer a acção política, com inúmeros exemplos em Portugal, não seja receptivo às indicações teóricas. Será de esperar que se encontre na democracia portuguesa o mais baixo índice de consumo de teoria política por dirigente. E se o índice de consumo pode ser difícil de determinar com objectividade (admitamos que é um assunto da vida privada de cada um), é fácil verificar pelo que aparece reflectido no discurso político que ou há uma deficiência de consumo ou há uma deficiência de assimilação do que se consome. Também neste índice, pouco referido, Portugal está na cauda da Europa das democracias.

Mesmo em indicações tão elementares e tão estáveis universalmente como são as que decorrem da teoria da representação em democracia, o caso português apresenta variantes singulares. Um exemplo simples: apesar da estabilidade dos comportamentos eleitorais em todas as eleições, todas as combinações partidárias e todas as soluções políticas, sem excepção, foram ensaiadas. Será uma prova de pragmatismo político? Vejamos outro exemplo: com resultados eleitorais operacionalmente idênticos (no sentido do que permitem com legitimidade) é possível justificar, com as mesmas argumentações genéricas, a formação de uma coligação maioritária em 1983 e a sua rejeição incondicional em 1976. Não é uma prova de pragmatismo político. Quando nem a teoria da representação tem uma aplicação garantida e unívoca, compreende-se que o estatuto da teoria política não seja muito elevado.

Também é conhecido o efeito de ilusão/desilusão provocado por um período inicial de euforia de consumo teórico na acção política, a que se seguiu a verificação da sua limitada validade. A afirmação indiscutida de «leis objectivas» do desenvolvimento político deixou os seus traços profundos nos programas partidários, na criação de expectativas sociais, na formação de animadores culturais, nas decisões e no discurso político. Pouco importa que tudo isso fosse simplificado até ao nível da caricatura. Para quem consome pouco, era suficiente para a indisposição. Quem poderia acreditar na potência da teoria para explicar e para evitar os erros políticos, se aquilo que passava por teoria era a mais forte motivação directa para o erro? Ficaram as expectativas e as decisões; o discurso foi mudando e os programas esquecidos ou entregues a comissões de revisão.

Não obstante estas atitudes e estes efeitos, a teoria política teve meios suficientes, em todas as fases da evolução da democracia portuguesa, para interpretar as situações e para prever as consequências. Não consta que tivesse potência para evitar os erros, talvez porque quem deveria estar mais interessado em conhecer as suas indicações - e também para isso foram eleitos - prefere estar atento a outras inspirações, à força da ambição e à racionalidade do instinto. Mas continua a ser possível mostrar que a teoria política ainda é um valor político estável na sequência de fracassos que caracteriza a evolução política. Quando nada parece funcionar como devia, é ainda pela reflexão teórica que se pode esperar encontrar um sentido para o que se passa e as vias de resposta para as dificuldades que se acumulam.

Reabilitar a teoria política aparece, assim, como um objectivo necessário no presente. E, do mesmo passo, uma oportunidade de exposição de alguns métodos que terão provado a sua eficácia no tratamento de questões políticas reais. Finalmente, é o modo de criticar o que tem de ser criticado: em última análise, a aplicação da teoria política confirma que os dirigentes se transformam, por tanto a ignorarem, em entidades subordinadas a um destino que não compreendem.

### **Significado político**

Não há análises políticas neutras. Nem mesmo a descrição de acontecimentos é indiferente ao que revela. Desde o método de observação até ao que se selecciona e às conclusões que se apresentam, o que há por detrás do texto é uma série de escolhas com implicações políticas. Nem mesmo o estilo é politicamente indiferente. Contudo, daqui não decorre que todas as análises políticas tenham de ser apreciadas na base do mesmo estatuto que se reserva para a acção política. Estando a análise política apoiada em métodos e modelos que se identificam na sua composição e se justificam nos seus resultados, deverá ser possível ao leitor acompanhar, numa atitude crítica e vigilante, o percurso dessa análise. Não desaparece a intencionalidade política, mas diminui a possibilidade de manipulação e limita-se o alcance do processo demagógico. Compete a quem utiliza a teoria decidir sobre a sua adequação ao que é a sua experiência prática, depois de conhecer o modo como as conclusões foram deduzidas e construídas.

Nesta perspectiva, os resultados mais importantes que a análise política deve obter resumem-se a dois: estudar as possibilidades em cada situação e identificar os núcleos fortes de problemas. São dois resultados interligados: as possibilidades só têm significado prático se puderem responder aos problemas; os problemas só têm realidade política se a sua resposta estiver ao alcance das possibilidades políticas. É por isso que mesmo os factos mais concretos e objectivos estão sujeitos a uma interpretação analítica de tipo diferencial, comparando-o com outras possibilidades em função das suas consequências eventuais. O significado da decisão política de nacionalizar empresas não é independente da garantia de manter a sua viabilidade económica; nem essa decisão se justifica antes de ser comparada com outros processos de controle ou de orientação da actividade empresarial através dos centros de decisão política.

Em consequência, uma análise política tem sempre uma dimensão estratégica. A definição dos pontos fortes onde a acção política pode obter resultados mais interessantes, e a indicação das vulnerabilidades onde a acção política encontrará os maiores obstáculos ou as resistências mais determinadas, são objectivos necessários para que a análise tenha um sentido e uma utilidade. O exemplo mais óbvio é a selecção de prioridades numa óptica de programa político: são os pontos onde a relação global de custos e benefícios, nesse quadro programático geral, for mais favorável.

Sendo diferencial e estratégica, a análise política também é crítica e programática. É habitual reconhecer-lhe a dimensão crítica, ainda que numa acepção trivial. É frequente esquecer ou ocultar a sua dimensão programática. Numa interessante perversão, aceita-se que é legítimo e possível criticar sem propor. Reconhece-se o direito de dizer «não», sem impor a obrigação de explicar como poderia ser «sim», assegurando que isso não iria aumentar

outros «não» nem agravar a indiferença dos que não se pronunciam. Ora nenhuma dimensão crítica se pode afirmar sem apresentar a possibilidade alternativa ao que critica.

Não há nenhuma análise política que não contenha uma estratégia e um programa, Por isso, o melhor será explicitá-las, até para que se saiba a que conduz a crítica.

Embora necessária, esta opção abre o caminho a alguns efeitos que não são controláveis pelo autor. O primeiro: as propostas programáticas tendem a eclipsar a análise política que lhes serve de fundamento, e acaba por se debater a «ética» das propostas esquecendo a lógica da sua necessidade. O segundo: o debate sobre as estratégias esquece o fundamento das críticas, e acaba por se contra propor aquilo que já provou dever ser abandonado. O terceiro: há o risco sério de nem se esclarecer a dimensão da análise ou a validade dos seus modelos, nem se clarificar o horizonte onde se inscreve o que há para fazer.

Neste aspecto muito concreto, é impossível não referir a semelhança entre esta época e a que se viveu há dez ou onze anos. Várias das análises então feitas e divulgadas, pelas formas que as circunstâncias impunham, eram suficientes para revelar o estado de bloqueamento desse sistema político, preso nos seus próprios valores constituintes e na incapacidade das suas organizações próprias. Mas o que se poderia seguir, a dimensão programática que deveria acompanhar a revelação analítica, era deixado, por muitas razões, numa conveniente área de indefinição. Talvez a surpresa da revelação fosse demasiado forte para ainda deixar energias capazes de esboçar o mapa dos percursos futuros. As consequências dessa imprevidência, no plano analítico e no plano prático, são conhecidas. Para quem pode comparar as duas épocas, é evidente que a situação actual é muito diferente - no que deixou de ser possível, por um lado, e na maior flexibilidade e duração potencial do sistema político, por outro lado. Mas essas diferenças são, em si mesmas, razões suficientes para que não se queira repetir a imprevidência de há dez ou onze anos. Quaisquer que sejam os riscos que trará para a compreensão «pacífica» da dimensão analítica a exposição do seu complemento programático, serão sempre menores do que aqueles que derivam da contemplação fascinada da decadência.

### ***Estatuto comemorativo***

As comemorações são as oportunidades que a história reserva às estátuas. E a melhor maneira de esquecer as ideias políticas é a contemplação da figura em pedra - não se pronuncia. Fazer estátuas, seleccionando os heróis, é um recurso trivial para um poder político que receie enfrentar os que estão vivos. Não sei se será fácil esse projecto. Os mais cautelosos dirão que ainda não há distâncias para se seleccionar com rigor. Os mais cínicos dirão que não há heróis para representar. Os mais práticos concluem que o silêncio é suficiente, poupando-se na pedra e no artista.

Pela minha parte, não entro neste debate. A análise política só detecta movimentos e possibilidades: os agentes concretos são pontos de acumulação dessas possibilidades e desses movimentos, sintetizadores momentâneos e em circunstâncias precisas. Por vezes, é tentador dar-lhes um nome, simplificando as descrições pela designação de uma figura. É uma tentação perigosa e, em última análise, inconsequente. A figura transforma-se com o tempo e com as oportunidades. A sua imagem analítica transforma-se num vulto disforme. O que o seu nome designava num período é diferente numa outra situação.

Se, por exemplo, forem distribuídos num gráfico de quatro vectores os pontos correspondentes às declarações sucessivas de um dirigente político actuando em Portugal durante estes dez anos, classificando-as em função do seu grau de transformação e do seu grau de conservadorismo (nos vectores horizontais) e o seu grau de realização efectiva e o seu grau de ineficácia ou efeitos negativos (nos vectores verticais), a imagem resultante desses pontos é uma nuvem dispersa. E se quisermos melhorar a resolução da imagem incluindo o factor tempo (com cores diferentes para as diversas épocas) verificaremos que essa nuvem não se dispersa com o tempo ela já é dispersa em cada época. Não se deve invejar a sorte do escultor realista que aceita a encomenda para estas estátuas.

Talvez seja mais fácil representar os que desapareceram ou que apagaram as suas trajectórias políticas. Porém, a essa maior facilidade não corresponde nenhuma utilidade. A acção política é, necessariamente, uma acção continuada: pouco importa quem a realize, desde que ela continue. Se essa continuidade não se manifesta, fica provada a sua inviabilidade. Pode-se debater, no plano subjectivo, a justiça desse destino, comparando o que existe com o que poderia ter existido. Mas as boas intenções não justificam, só por si, a sua comemoração.

Este texto não se concebe na forma de uma elegia, seja de um movimento ou de uma personalidade. Nas suas finalidades, na sua parte analítica e nas suas consequências programáticas, é a resposta a um convite. Se as propostas apresentadas forem correctas e viáveis, que as realize quem puder.

## **III. - Finalidades**

### ***Pós-salazarismo***

Dez anos depois da queda do regime autoritário, os problemas deixados pelo fim do salazarismo continuam sem resposta, não obstante terem passado já mais de quinze anos sobre essa mudança política essencial.

Ocultas sob a aparência de transformações importantes, apresentadas sob a forma de continuidade ou sob a forma de mudanças radicais, as tendências críticas deixadas pelo salazarismo prosseguiram o seu curso, ainda mais relevantes nos seus efeitos porque menos visíveis e de denúncia mais difícil. A «abertura» primeiro, a democracia, depois, distraem as atenções daquilo que, tendo embora mudado por força da biologia, não foi resolvido pela acção política.

Não é comum reconhecer-se que vivemos ainda, no plano político, o pós-salazarismo.

Mas sem a aceitação desta hipótese básica, a evolução política verificada nestes anos, sejam quinze ou apenas dez, não é aplicável. Aliás, uma análise atenta das personalidades políticas, das suas posições e das suas variações, ou uma apreciação dos percursos estratégicos de forças e correntes políticas que depois se organizaram sob a forma de partidos, mostram com suficiente clareza que há indicações de continuidade neste período longo de quinze anos. Entre a evolução na continuidade e a revolução na continuidade a diferença política real é muito menor do que se esperaria de uma mudança de regimes do autoritarismo para a democracia.

É evidente que se alteraram as condições formais da acção política. Porém, isso não é suficiente para que fique garantida a alteração das problemáticas políticas.

E evidente que mudaram algumas personalidades políticas. Mas isso não é suficiente para provar que não sejam idênticas as concepções e posições políticas.

É evidente que foram tomadas decisões que alteraram substancialmente as características do espaço de acção política e as condições de movimentação das forças políticas. Todavia, isso não é suficiente para garantir que haja problemas políticos novos e que estejam solucionados os que foram deixados sem resposta no fim do salazarismo.

Na perspectiva oferecida pelo conhecimento da evolução verificada nestes últimos dez anos, onde os fracassos são muito mais reveladores do que os eventuais êxitos, é possível encontrar as razões desta continuidade que resistiu a uma mudança de regime político - mais rigorosamente: que se ocultou com uma mudança de regime político ..

A verificação desta continuidade não se deve limitar a uma comparação entre duas situações estáticas, entre um ponto de partida e um ponto de chegada. Para que essa continuidade seja realmente identificada, será necessário explicar como ela se foi reproduzindo, em formas variadas, ao longo de uma evolução que foi em si mesma complexa e que se toma ainda mais complexa quando se reconhece como contém dentro de si o mesmo núcleo de problemática política.

### ***As condições estruturais da acção política***

É possível criticar esta designação de pós-salazarismo aplicada à identificação política dos últimos quinze anos com a afirmação de que o que se encontra neste período não lhe é específico, não é uma consequência do salazarismo, sendo antes uma manifestação típica das características estruturais da sociedade portuguesa no seu modo de responder à questão política. Essas mesmas características existiram antes do salazarismo, produziram noutras épocas efeitos semelhantes aos de agora e, por isso, estão situadas num nível que é diferente daquele em que se analisam as situações e os regimes políticos concretos. É uma objecção com peso, mas que não altera o facto essencial de o salazarismo ter sido, durante algum tempo, um modo de resposta a essas características estruturais, com eficácia suficiente para as conter sob o seu domínio. E ainda que elas reapareçam uma vez perdida essa eficácia, a situação política seguinte será sempre diferente da que existiria se esse tipo concreto de poder não tivesse existido. Quanto mais não seja, existe ao nível da memória social e no quadro das possibilidades políticas a indicação de que há outras formas de responder à questão política que são diferentes da forma típica produzida por essas relações estruturais.

Noutro plano, pode criticar-se aquela designação com a referência de que o salazarismo nem sequer é uma concepção política específica, pelo que não tem justificação a identificação de um eventual pós-salazarismo.

O domínio político exercido pelo salazarismo não seria mais do que um sentido de oportunidade - primeiro no aproveitamento de um golpe militar que não tinha direcção política consistente, depois pela organização da questão financeira por métodos triviais de contenção autoritária e, finalmente, no estabelecimento de uma estrutura de poder baseada num equilíbrio distribucionista entre as forças sociais existentes numa área social restrita. É um poder prático, que se mantém mais por uma série de estratégias defensivas e de contenção do que por uma direcção política específica. Procura adaptar-se ao que pensa ser a estrutura tradicional da sociedade portuguesa (sendo disso exemplos o corporativismo, a relação clientelar, a afirmação da autoridade, a política distribucionista e um nacionalismo defensivo); mas as suas construções formais inovadoras, que pretendiam regulamentar o que seria tradicional, não são assimiladas nas rotinas sociais, que se processam à margem dessas construções legais. Apesar do seu inegável sentido de oportunidade, o salazarismo não é eficaz na transformação das relações sociais estruturais - como se verifica quando desaparece o seu único inspirador, afinal o seu ponto singular de estabilidade.

Apesar da importância destas duas razões, elas não são suficientes para fazer esquecer que o fim do salazarismo corresponde ao fim de um período de estabilidade na regulação da distribuição do poder e à abertura de um novo período em que as condições de acesso ao poder se sobrepõem aos objectivos concretos do seu exercício. Tanto no período do marcelismo como no período da democracia a estabilidade do poder passou a ser uma questão em aberto e, em muitas circunstâncias, a questão política principal, no sentido em que só a resolução dessa questão permitiria definir as linhas de política que iriam ser seguidas. A partir deste momento, o sentido de oportunidade deixa de ser suficiente para constituir uma direcção política consistente: os debates sobre o poder sobrepõem-se à análise das possibilidades políticas reais. O poder personalizado e autoritário que caracterizou o salazarismo fragmenta-se. Sem unidade política e sem segurança, as políticas são usadas apenas com um sentido de utilidade para as lutas de poder e já não com um sentido de oportunidade relacionado com o estado e possibilidades da sociedade. As lógicas de curto prazo sobrepõem-se às perspectivas de longo prazo. Estas diferenças na caracterização do espaço político são suficientes para se estabelecer a distinção entre o salazarismo e o pós-salazarismo.

Os novos problemas colocados pelo pós-salazarismo podem ser entendidos em mais do que um modo. São os problemas que derivam do fim de um tipo singular de poder político e da necessidade da sua substituição por uma outra fórmula política capaz de produzir uma orientação da sociedade através de caminhos viáveis. A impossibilidade desta substituição é uma boa medida do fracasso do salazarismo, uma concepção política que não foi capaz de assegurar uma forma de continuidade viável. Mas é também uma medida do novo problema político aberto para a época seguinte, um problema que é tanto mais difícil quanto menos conhecido é em termos da experiência política recente. Um segundo conjunto de problemas deriva da incapacidade do salazarismo para neutralizar características estruturais da sociedade portuguesa, designadamente as suas tendências para a fragmentação das expressões dos interesses sociais e para a fragmentação do poder político, que se reforçam mutuamente sempre que não há uma afirmação estável do centro do poder político. Estas tendências voltam para o primeiro plano da evolução social logo que a noção de autoridade política é posta em causa. Finalmente, o terceiro grupo de problemas deriva da apreciação das possibilidades de modernização da sociedade portuguesa, isto é, da capacidade de adaptação dos equilíbrios sociais existentes em Portugal aos processos de mudança que se desenvolvem nas sociedades mais evoluídas da área cultural em que Portugal se localiza. Em concreto, a afirmação de concepções e projectos políticos que se baseiem nestes processos de mudança e de adaptação rápida podem facilmente desencadear processos de desequilíbrio interno que venham a ameaçar e a destruir evoluções favoráveis entretanto verificadas.

Estes três grandes tipos de problemas estão inter-relacionados: a manifestação de qualquer deles tem efeitos

nos outros, o que significa que não há aqui a possibilidade de encontrar respostas parciais. Uma resposta global e integral aconselha uma investigação histórica que não se limite ao período de pouco mais de quinze anos que se identifica pela designação de pós-salazarismo. Porém, uma resposta global e satisfatória não precisa de ser tão exigente na sua fundamentação. Será suficiente verificar que o pós-salazarismo existe, isto é, corresponde a um período onde esses três tipos de problemas se manifestam, seguindo-se a um outro período em que esses mesmos problemas encontravam uma solução relativa.

A evolução posterior veio mostrar que essa solução relativa era insuficiente (desaparecido o seu inspirador, a solução política ruiu), não criou dinâmicas de auto-sustentação (as práticas sociais de fragmentação, de clientelismo e de proteccionismos anti-modernistas voltaram ao primeiro plano da evolução social) nem assegurou as suas condições políticas de evolução controlada (as lutas pelo poder deixam de estar contidas pelos anteriores equilíbrios entre redes e áreas de influência). Este fracasso generalizado não deve fazer esquecer a sua eficiência anterior, tanto mais marcante em termos sociais quanto mais longa ela foi. Embora seja um equilíbrio instável entre tendências de inviabilidade, orientado por um sentido de oportunidade política, o salazarismo produziu uma imagem social global e continuada de viabilidade. Rompendo esse equilíbrio instável, o pós-salazarismo é marcado por uma imagem social global e em deterioração rápida de inviabilidade na dimensão económica, na dimensão política, nas vias de modernização e até na afirmação da autonomia nacional. É este contraste de imagens sociais que torna particularmente difícil a gestão política no pós-salazarismo.

Não se nega o interesse das respostas integrais para este tipo de questões, necessariamente fundamentadas em sólidas razões históricas. Contudo, não é essa a perspectiva que será aqui usada. Os problemas do presente colocam a necessidade imediata de respostas satisfatórias, isto é, de propostas de análise que fundamentem estratégias políticas com viabilidade. O que nos interessa aqui nem sequer é o pós-salazarismo entendido globalmente. O que nos interessa analisar é a relação entre os problemas do pós-salazarismo e a dinâmica democrática.

Se for possível mostrar que há uma continuidade (com o conseqüente agravamento) de problemas políticos essenciais apesar de ter ocorrido uma mudança de regimes políticos, ter-se-á dado um passo no sentido de compreender a existência de uma continuidade oculta das questões de decisão política, que é encoberta pela diversidade formal dos modos de organização da acção política.

E se for possível mostrar que essa continuidade das questões de decisão política tem uma correspondência na continuidade de concepções políticas que são anteriores à mudança de regimes e que se mantêm não obstante a transformação das condições sociais, materiais e políticas, ter-se-á dado um outro passo no sentido de compreender as razões dos sucessivos fracassos políticos dos últimos anos.

O pós-salazarismo não será aqui entendido nem numa aceção de herança, negativa ou positiva, nem numa aceção de unidade homogénea. Mais importante do que ser uma herança é o facto de ser uma realidade política que tem de ser enfrentada. Mais importante do que uma unidade homogénea (que manifestamente não pode ser pela diversidade de acontecimentos que ocorreram durante estes quinze anos) é o facto de apresentar duas fases distintas, uma de «evolução», outra de «revolução», sem que a continuidade da sua problemática global tivesse sido eficazmente posta em causa. Assim, o pós-salazarismo é apenas a designação de uma problemática política que não está resolvida quinze anos depois de ter sido colocada e cerca de duas décadas depois de ser analiticamente perceptível.

Esta é a dimensão real dos fracassos políticos que se tem vindo a acumular.

### ***As condições da periodização em análise política***

A mudança do regime e o desenvolvimento de um sistema partidário num contexto democrático deveriam ser, em tese geral, razões suficientes para romper a continuidade da anterior problemática política.

Ninguém duvidará que houve essa intenção e que, para alguns menos prevenidos, seria evidente encontrar na legitimidade democrática e na capacidade do regime democrático para gerar soluções políticas alternativas as condições para a resposta definitiva aos problemas do pós-salazarismo.

Para se compreender por que modos essa intenção e essa evidência se transformam em ilusões é necessário analisar a evolução dos últimos dez anos tentando identificar os pontos de variação política que contêm, tanto em termos de estratégias como em termos de problemas concretos, procurando estabelecer os seus significados reais em comparação com as tendências longas existentes na sociedade portuguesa. Ou seja, antes de se poder avançar para fundamentações mais rigorosas, é necessário periodizar o que foi acontecendo nestes dez anos.

Em geral, a periodização de uma evolução política nas suas fases constituintes não é um objectivo ambicioso. No que tem de essencial, é um trabalho de classificação, onde é reduzido o trabalho de interpretação. Por isso mesmo, não é habitual atribuir à periodização um especial interesse analítico ou estratégico. As fases de evolução limitam-se a registar a separação entre períodos com uma relativa homogeneidade interna, sendo essa homogeneidade definida através de indicadores elementares: resultados eleitorais, composições de governos ou de alianças, conteúdos de programas de governo, de programas de partidos e de declarações de responsáveis políticos, posições nos debates parlamentares sobre questões importantes, etc.

No caso da evolução política verificada em Portugal nos últimos dez anos, as coisas não são assim tão simples. Os indicadores não oferecem sinais seguros porque são interpretados de modos diferentes em função das conveniências e das oportunidades. Nem sequer é possível confiar nas declarações interpretativas apresentadas pelos dirigentes políticos, na medida em que elas são diferentes, para os mesmos dirigentes e perante indicadores idênticos, conforme as circunstâncias. Nestas condições, a periodização deixou de ser uma mera actividade de classificação, passando a ser uma actividade analítica discutível e mesmo susceptível de conflitualidade política.

Esta singularidade do caso português obriga a rejeitar três dos métodos mais comuns de periodização de uma evolução política.

O método de análise das declarações, dos projectos e dos programas políticos é inadequado porque a extrema flexibilidade dos decisores políticos distorce gravemente os resultados obtidos nesse trabalho de interpretação. Aliás, é muito rara em Portugal a citação de textos políticos de referência, o que ajuda a compreender que os hábitos de flexibilidade tenham sido tacitamente aceites como normais.

O método de análise dos resultados obtidos toma-se improdutivo quando se verifica que a interpretação desses

factos é tão variável que nenhuma conclusão estável pode ser obtida. Para ter uma ideia das consequências que daqui decorrem, basta atentar no facto de não haver um efeito de punição política perante os fracassos. Apesar de os programas não serem cumpridos e de os resultados da acção política se afastarem de valores socialmente satisfatórios, o comportamento eleitoral não se altera de modo significativo nem o conjunto de responsáveis políticos apresenta mudanças consideráveis. Os próprios resultados eleitorais, aparentemente o mais objectivo indicador político num sistema de legitimidade democrática, não são seguros. Com os mesmos valores eleitorais básicos, todas as combinações políticas possíveis foram aceites como sendo igualmente legítimas e indiscutivelmente desejadas pelo eleitorado. Por sua vez, o afastamento crescente dos grupos sociais em relação às instituições políticas retira significado útil a uma análise que se baseasse nas reacções da opinião pública aos resultados da acção política para daí extrair conclusões seguras quanto às fases de evolução e às condições de continuidade do regime ..

Os métodos comparativos são, em geral, eficazes em muitos domínios da análise política, desde que se usem os modelos adequados e se tenha previamente assegurado que os sistemas políticos que se analisam são realmente comparáveis. E como são muitos frequentes as referências feitas em Portugal às práticas políticas de outras democracias, pareceria que este método seria eficaz onde outros falham. Contudo, não é isso o que se verifica.

Em primeiro lugar, pelas mesmas razões que obrigaram a rejeitar os dois métodos anteriores. Noutros sistemas políticos, as declarações e os programas políticos contam e são estáveis as interpretações dos resultados políticos. Em segundo lugar, como procurei mostrar noutra oportunidade, o sistema político português é instável e não se enquadra, durante este período de dez anos, em nenhuma tipologia de análise comparativa que seja bem definida. O sistema partidário tem um comportamento global (pluralismo polarizado) que não corresponde ao que seria de esperar de um formato de quatro partidos: está ainda em fase de evolução, ou para um sistema de três direcções partidárias ou para um sistema de cinco partidos. O sistema político tem uma articulação de poderes institucionais que também não é estável: evoluirá ou para uma concentração de poderes de tipo presidencialista ou para a inteira subordinação dos poderes e das funções presidenciais à autoridade governamental. Estando ainda numa fase de maturação, nem o sistema partidário nem o sistema político se prestam a análises comparativas globais. A comparação com outros sistemas políticos só pode ser feita por partes e, mesmo nesses casos limitados, o resultado mais nítido que se obtém é a demonstração das diferenças. Ainda é uma indicação útil para a determinação de tendências gerais, mas pouco auxilia na periodização de uma evolução política concreta.

A força das coisas obriga a utilizar um método mais complexo do que é habitual nestes trabalhos de periodização.

No essencial, esse método terá de produzir a informação útil para estabelecer as áreas de homogeneidade e as áreas de diferença que se encontram na acção política concreta. Para isso, a acção política é dividida nos seus subsistemas mais importantes para se poderem estudar as inter-relações que se estabelecem entre eles. Dir-se-á que se passa de uma fase para outra quando o padrão dessas relações se altera.

É um método de simulação, onde se procura reproduzir unia acção política global tal como ela realmente aconteceu, isto é, nos seus efeitos concretos. É um método que utiliza como elemento de informação a prática política e não as declarações de intenção. Finalmente, é um método que procura representar a prática política na sua complexidade real de efeitos que se cruzam permanentemente e onde uma decisão pode vir a ter um efeito global muito diferente do que se teria inicialmente previsto. Em qualquer destes sentidos, a utilidade prática da utilização deste método não está desligada de um possível efeito pedagógico, na medida em que se transmite, a propósito de uma ilustração prática, um conjunto de regras de método que podem ser aplicadas a outros problemas de análise política e de programação de acções políticas.

A selecção de subsistemas de acção política é mantida constante para permitir uma efectiva comparação das diferentes fases ao longo de todo o período. Não é a única selecção possível, mas é aquela que se considerou mais útil (e, em qualquer caso, suficiente) para a análise da acção política em Portugal.

### ***Os resultados da periodização***

Nas suas conclusões gerais, esta análise permite determinar, até ao presente, a existência de quatro fases políticas principais com duas fases secundárias. Simultaneamente, a aplicação da mesma metodologia permite definir um limite à actual quarta fase e propor três configurações básicas para o que pode ser a quinta fase seguinte, cujo início deverá ser marcado pelas próximas eleições presidenciais.

De todas essas fases, é possível extrair a conclusão global de que nada é ocasional, mas quase tudo é imprevisto.

Nada é ocasional, na medida em cada momento, em cada ponto de cada fase, sinais suficientes para definir o que é possível realizar e quais são as consequências dos diversos tipos de erros que se venham a cometer. Neste sentido, a linha de evolução é trivial, sendo mesmo admissível que um observador a pudesse prever, sem grande risco analítico, a partir de qualquer ponto de início da análise. Em termos práticos, isto significa que o critério de êxito na previsão não é difícil de atingir neste sistema político. Em termos reais, e considerando a grande variedade de soluções ensaiadas e a surpresa efectiva de certos movimentos políticos, isto significa que essas decisões de superfície não foram suficientemente potentes para alterar as tendências de profundidade: estas absorvem aquelas.

Mas também se verifica que quase tudo é imprevisto, na medida em que os decisores políticos esperam obter resultados que são muito diferentes dos que se concretizam realmente. Aliás, não teria sentido que uma sucessão tão sistemática de fracassos políticos pudesse acontecer de um modo que não fosse imprevisto para os responsáveis políticos.

Esta contradição entre o que não é ocasional e é imprevisto está no centro da problemática política portuguesa. Noutro texto designei esta contradição pela expressão «ilusão do poder», em si mesma uma expressão contraditória, porque o poder só existe se for o controle da ilusão.

A expressão tomou-se depois de uso frequente, acabando repetida nas mais diversas circunstâncias. É grave que assim tenha sido, pois um sistema político onde se generalize a ilusão do poder não existe como sistema político. E uma sociedade que não está orientada por um sistema político está à mercê das mais violentas catástrofes ou está imersa num processo de decadência.

Agora, numa óptica diferente e com modelos também diferentes, a ilusão do poder aparece como a

consequência de uma evolução que, não sendo ocasional, é quase sempre imprevisível. O poder aparece como uma subordinação ao que não se dominou - e esta é, evidentemente, uma definição inaceitável de poder político.

Se a definição actualmente possível para o poder político em Portugal é equivalente ao reconhecimento da ausência de poder, que razão justifica a reprodução deste sistema político?

A análise destas fases e dos modos como se processam os seus períodos de transição mostra que a evolução política acontece pelo esgotamento de alternativas, até se chegar à fase em que o poder se afirma como a ausência de alternativas.

Neste ponto preciso, limite lógico desta evolução, o poder seria equivalente à sua inevitabilidade. O poder existe porque tem de existir. A sua legitimidade não dependeria já da sua capacidade para motivar a expressão da vontade social mas sim da sua eficácia em impedir a formação de uma alternativa possível.

É provável que este limite lógico não venha a ser um limite histórico e que a máxima ilusão do poder não venha a ser, também, a máxima concentração de poder, aquele que se afirma como inevitável e, portanto, como indiscutível. Mas ainda que o limite histórico nunca atinja aquele limite lógico, é digna de cuidada atenção uma evolução política que conduz a esta possibilidade e dela faz uma estratégia real, formulada e prosseguida por agentes políticos concretos.

Também nesta perspectiva, a questão do pós-salazarismo encontra uma confirmação interessante, ainda que indirecta. O que tem estado em causa ao longo da evolução política é a estabilidade do poder, mas essa estabilidade tem vindo a ser gradualmente concentrada na dimensão mais profunda da estabilidade de uma função de distribuição de benefícios e de privilégios - afinal, aquilo que constituía uma das características básicas do salazarismo.

### ***O pós-salazarismo, ainda***

É um artifício de estilo dizer que a democracia foi instaurada para permitir a continuidade do pós-salazarismo. Mas é uma realidade política, confirmável na análise dos passos de evolução destes dez anos, que a dinâmica democrática veio ocultar essa continuidade, permitindo assim o seu curso mais livre e mais fragmentador. Aceitando a transferência das questões não resolvidas do pós-salazarismo para as relações democráticas, o novo regime aceitou todas as consequências do passado sem ter feito a análise cuidada das suas implicações para o novo espaço de acção política que a democracia oferecia.

Esta ocultação de velhos problemas é injustificável em termos do que deveria ser a capacidade de reflexão crítica e de vigilância dos dirigentes políticos, ou em termos do que deveria ser a função de esclarecimento das questões políticas que deveria ser realizada pelos partidos. A única explicação razoável para este facto será a de o considerar de tal modo imprevisível para os dirigentes políticos que se terá transformado em algo de impensável e, por isso, invisível. Esta ocultação não é um artifício de vontades autoritárias inconfessadas, mas uma simples incapacidade de avaliação das questões políticas reais.

Ao mesmo tempo, nada nesta evolução 90 pós-salazarismo é ocasional. Não se trata sequer de referir o que é mais óbvio - a continuidade das personalidades políticas ou as suas referências elogiosas às suas concepções políticas que foram geradas em fases anteriores à democracia - mas sim de verificar a repetição de estratégias, a reprodução de atitudes e a imposição de modelos abstractos que não têm qualquer adesão às possibilidades concretas da sociedade portuguesa.

Entre a evolução e a revolução, o que existe é a continuidade das questões que o fim do salazarismo deixou por resolver e, por isso mesmo, o que existe é também a continuidade de uma mesma impossibilidade para encontrar uma resposta política eficaz e efectiva para essas questões.

A tendência para a concentração de poderes a que finalmente conduz a evolução das fases democráticas é a melhor - e mais irónica - confirmação que se pode querer para a hipótese de existência do pós-salazarismo como caracterização de um período político longo. É uma longa transição, que se inicia com a impossibilidade de reprodução de um regime político inviável logo que desaparece a personalidade que realizava as funções de concentração de poderes e de distribuição de benefícios, de privilégios e de protecções. Quinze anos depois, a transição ainda não está terminada. Encontra-se agora uma fase caracterizada pela existência de um regime político que se poderia reproduzir indefinidamente, não obstante estar a produzir regularmente tendências de inviabilidade na sociedade - curiosamente, utilizando o mais óbvio dos artifícios salazaristas, a ausência de alternativas.

Não é possível assegurar que tenha havido um progresso político durante estes anos de transição. E se houve algum progresso, ele resultou das consequências imprevisíveis da decisão política, isto é, do efeito de surpresa que os sucessivos fracassos tiveram nos dirigentes políticos. Em contrapartida, a evolução dos factos e dos seus efeitos de condicionalismo sobre a decisão política, evolução onde nada é ocasional, tem uma função clarificadora das possibilidades políticas reais que se sobrepõe ao interesse dos programas e à qualidade das estratégias dos decisores políticos. Este é o núcleo de questões de análise que realmente importa para esclarecer o que é o pós-salazarismo e para determinar se este é, ou não, um conceito necessário para analisar a evolução política do regime democrático em Portugal.

## **IV. - A continuidade do pós-salazarismo**

### ***A continuidade em política***

Nenhum regime político pode acumular insucessos indefinidamente. Conduzindo à inviabilidade da sociedade, esse regime político não poderá manter o fluxo de legitimidade e, de um modo ou de outro, mais cedo ou mais tarde, não resistirá à afirmação de uma outra forma de organizar a acção política.

No entanto, a situação dos regimes políticos perante a sucessão dos seus fracassos é diferente conforme a sociedade se encontra numa fase de progresso ou numa fase de regressão. No primeiro caso, a formação de alternativas é rápida e, conseqüentemente, o tempo de insucesso político é curto. As forças políticas e os grupos sociais reagem logo que as condições de manutenção das anteriores taxas de crescimento deixam de se verificar. E



como o período anterior foi gerador de tendências de progresso na sociedade e na economia, há meios humanos e materiais para preparar essa reacção, dando-lhe um efectivo conteúdo político. No segundo caso, numa época de decadência, a evolução política é mais complexa. A generalização dos processos de decadência pode impedir a formação de alternativas ou, pela demora na sua concretização, pode torná-las inúteis porque acabam por lhes faltar as condições mínimas de acção eficaz. Uma época de decadência produz uma circularidade política: o insucesso do poder gera novos e necessários insucessos, ninguém se aproveitando deles para afirmar uma diferente orientação política.

Em condições normais, a continuidade de um regime político pressupõe eficácia e efectividade na acção política. Contudo, essa normalidade não é mais do que uma convenção alimentada por uma evolução multissecular de progresso continuado - e exactamente porque há esse progresso continuado, desaparece o que não é eficaz e efectivo. Mas existem situações históricas onde um estado crónico de crise política não tem tradução nem no aparecimento de alternativas nem na agitação revolucionária. O estado crónico de crise política pode ser suficiente para anular os factores detonadores da mudança. A continuidade de um regime político pode estar assegurada sem que ele seja um exemplo de eficácia e de efectividade.

As rupturas de regime não são processos automáticos desencadeados pela verificação da falta de eficácia e de efectividade. A transferência da legitimidade política só existe quando há um factor de atracção que consiga estabelecer a diferença com o que se tomou habitual. Esse factor de atracção será uma nova forma de poder, mas também terá de ser uma nova forma de responder aos problemas que se tomaram habituais e que se têm reproduzido não obstante as tentativas para os superar.

É neste quadro preciso das condições políticas que se colocam em cada período que tem especial interesse determinar as tendências fortes de uma evolução longa. Essas tendências podem ter responsáveis, mas raramente têm autores. Uma tendência é um imenso conjunto de pequenos actos, de pequenos ajustamentos e adaptações, onde cada agente desconhece o efeito final que vai resultar da convergência de diversas atitudes e decisões separadas. Quando se trata de tendências negativas, de inviabilidade e de decadência, raramente se lhes pode associar uma vontade deliberada: elas são as consequências perversas de actos e de decisões que estavam orientadas para finalidades muito diferentes. Por sua vez, o dirigente político que é detentor do poder confronta-se com estas tendências globais também numa atitude de adaptação, sempre justificada pela necessidade de realismo político e pela conveniência em evitar atitudes radicais. Embora todos estes pequenos ou grandes actos que formam as tendências globais sejam produtos humanos, não há nenhuma garantia de que a sociedade exerça sobre eles algum tipo de controle.

É nesta distância entre os actos singulares e as tendências globais, entre os meios de controle ao alcance do poder político e a eventualidade de a sociedade não conseguir controlar as tendências que se desenvolvem no seu interior, que todos os sistemas políticos, qualquer que seja o regime em que se organizem, encontram os seus limites históricos, os pontos da evolução temporal em que não é mais possível a sua continuidade. Os sistemas políticos são modos de expressão de uma sociedade concreta, com as suas tendências longas próprias. Não poderão ser mais eficazes nem mais efectivos do que essa sociedade permitir que sejam, do que essas tendências permitirem que sejam. A qualidade de um sistema político não é uma questão abstracta, e muito menos uma questão que se possa resolver pela afirmação de uma qualquer convicção. Um sistema político é o modo como uma sociedade resolve a questão política. Não há nenhuma certeza de que seja sempre um modo eficaz e efectivo, e muito menos poderá justificar-se a convicção de que encontrará sempre uma resposta alternativa para as dificuldades que ainda não resolveu. Em contrapartida, é admissível que diferentes formas de organizar o sistema político, diferentes regimes, sejam condicionados pelo mesmo tipo de problemas, de tendências longas, sem que alguma dessas formas mostre ter capacidade para dominar e superar essas tendências.

É este o sentido que se deve atribuir à tese de que os mesmos problemas básicos do pós-salazarismo se transferiram de um regime autoritário para um regime democrático sem que as condições para o seu controle pela sociedade tivessem melhorado em eficácia e efectividade. Não é um juízo qualitativo, é uma observação empírica. Esta continuidade problemática sobrepõe-se às diferenças circunstanciais (que existem, obviamente, mas que não devem servir de obstáculo à percepção do que é continuado), obrigando a sublinhar a hipótese de que se vive um período longo de esgotamento de alternativas de concepção e das próprias formas políticas, amalgamadas na verificação social da sua idêntica inoperacionalidade. Esta é uma das definições possíveis da decadência política.

O efeito prático desta verificação encontra-se na banalização das alternativas que o sistema democrático poderia produzir. A força das tendências anteriores é suficiente para condicionar decisivamente as opções políticas. O conhecimento dessas tendências toma-se mais importante do que a própria vontade política. O poder político toma-se rapidamente irrelevante se for apenas apreciado em termos das suas estruturas formais: quem exerce o poder não consegue torná-lo eficaz e efectivo; conquistar o poder é inútil, porque não há meios para uma acção política consistente. As possibilidades de mudança política são cada vez mais reduzidas, ainda que o espaço para as alternativas, em abstracto, seja cada vez maior.

### ***A tendência para a concentração de poderes***

Há uma dimensão estratégica, voluntária, no processo de concentração de poderes políticos que tem estado latente em toda a evolução do regime democrático. Mesmo na fase inicial da sua formação essa possibilidade de concentração de poderes esteve expressa em alguns dos projectos políticos. Nessa época, os partidos apresentam-se como a garantia de que não haveria novas possibilidades de expressão de um poder autoritário, aparecendo como as bases efectivas do pluralismo político. Não tem que surpreender se a verificação de deficiências no funcionamento dos partidos, tanto no seu aspecto de representação dos grupos sociais como na sua função de orientação da sociedade no seu conjunto, tenha aberto o espaço estratégico aos projectos de concentração de poderes. E ainda menos pode surpreender que esse objectivo seja agora escolhido pelos dirigentes partidários que antes o combatiam, pois estes serão os agentes políticos que têm uma percepção empírica mais nítida desse espaço estratégico, entendido como uma oportunidade que lhes é oferecida e como uma ameaça que não deixará de se concretizar se eles não explorarem primeiro essa oportunidade.

Porém, há uma outra dimensão desta tendência de concentração de poderes e que deriva da própria necessidade política. Quando a produção de alternativas fica bloqueada ao nível do sistema partidário, a única variante possível para

novas expressões do poder transfere-se para o nível personalizado das candidaturas e dos projectos singularizados. Por não ser satisfatória, a função colectiva dos partidos transfere-se para os seus dirigentes mais representativos. Sem que haja aqui um verdadeiro paradoxo, a lógica do sistema político, embora organizado num regime democrático, conduz necessariamente a formas de poder pessoal. Só é um paradoxo em termos formais. Em termos das realidades políticas, esta personalização do poder é a consequência natural das insuficiências verificadas na dinâmica partidária e aparece como o único modo de impedir uma evolução crítica em direcção ao autoritarismo sem qualquer legitimação de tipo democrático.

Aliás, quando o exercício do poder se confunde com a gestão de clientelas no interior de tendências sociais de inviabilidade, o único modo de estabelecer alguma ordem nestas relações políticas consiste na concentração da decisão política num número muito restrito de agentes políticos - e, no limite, num único agente político.

A conjugação das possibilidades estratégicas com a necessidade de evolução do próprio sistema político é uma mistura irresistível. Como indicação de tendência, é difícil encontrar maior nitidez. No entanto, dessa indicação não decorre nenhuma garantia de que daí venha a surgir uma solução política global com maior eficácia e efectividade. De facto, nada garante que o responsável político que é colocado nessa posição onde os poderes se concentram não seja um mero produto dessas anteriores tendências que para aí o conduziram, continuando incapaz de as controlar. E menos ainda se pode garantir que deste processo venha a resultar um novo sistema de alternativas reais, com capacidade de resposta aos problemas nacionais. Estamos perante processos automáticos, mecânicos, que se desenvolvem por necessidade; não pode estar garantida a sua qualidade. É um processo que existe porque há uma crise de funcionalidade ao nível dos partidos. Não será razoável admitir que será uma personalidade que, só por si, poderá compensar essas deficiências.

Por isso, a eficácia desta tendência de concentração de poderes está condicionada à sua possibilidade de actuar na reformulação da funcionalidade do sistema partidário. Se não for assim, a concentração de poderes não será mais do que a personalização da decadência. Em contrapartida, se actuar deliberadamente no sentido de refazer as condições de funcionalidade partidária, de modo a encontrar aí a manifestação organizada da multiplicidade dos interesses sociais, essa concentração de poderes terá constituído o tempo de transição que permita interromper as tendências de inviabilidade que estão em desenvolvimento na sociedade.

Não é por uma estranha e perversa coincidência que este é também um problema típico do pós-salazarismo. Só na sua aparência pode este problema político geral ser interpretado como uma questão, ou uma crise, de autoridade. A concentração de poderes oferecerá as condições de autoridade, mas não garante a eficácia e a efectividade da direcção política. E, como se viu já em diversas oportunidades, não será o facto de não existirem alternativas que garante a qualidade desse novo poder concentrado.

Uma coisa é a tendência de concentração de poderes, outra é a determinação do que se irá fazer com ela em termos da decisão política.

É uma questão em aberto há mais de quinze anos.

### ***Fragmentação social, fragmentação da decisão política e centrifugação partidária***

Ao longo da evolução democrática, a dinâmica partidária processou-se de um modo inverso ao da dinâmica social. Enquanto esta dispôs de alguns núcleos de organização e de vestígios de centros de racionalização, a dinâmica partidária manteve uma tendência centrífuga, com um forte grau de conflitualidade, tanto horizontal (interpartidária) como vertical (institucional). Quando o sistema social evolui para a fragmentação em múltiplas relações de interesse corporativizadas e em estruturas de clientelas, a dinâmica partidária estabelece uma aliança central hiper-maioritária, com condições e com o projecto de estabelecer, após a eleição presidencial, uma efectiva concentração de poderes horizontais e verticais. Não obstante esta evolução, mantém-se em todo o período a tendência para uma decisão política fragmentada, percorrida por múltiplos e contraditórios interesses, onde nenhum atinge posições de hegemonia e tendo como marca principal a sua subordinação à força dos factos consumados (sejam eles consequência de acções políticas ou impostos por tendências anteriores que não foram controladas) ..

Esta desconexão entre a dinâmica social e a dinâmica político-partidária seria um factor explicativo suficiente para a sucessão de fracassos na decisão política, mesmo que não houvesse outros factores a reforçar essa tendência. A existência de uma desconexão deste tipo é um sinal de que se tornaram independentes duas dinâmicas que politicamente não podem ser independentes - pois se o são é a actividade política que fica neutralizada. Qualquer que seja a lógica das conveniências partidárias, ela nunca deveria poder conduzir a um movimento político que é contrário à dinâmica social, na medida em que isso conduz a uma impossibilidade de condução política da sociedade. As vantagens defensivas que essa atitude política pode oferecer às direcções partidárias existem apenas no curto prazo e não podem ser continuadas no futuro. A acção política não se limita a um jogo de combinatórias entre posições partidárias. Estas só têm sentido político se forem viáveis, e só o serão se estiverem em conexão com as possibilidades sociais, com a dinâmica social.

Quando isso não acontece, a decisão política ou se torna puramente imaginária (e houve vários exemplos na primeira fase, de que o mais óbvio é o processo de nacionalização de empresas com o objectivo de fazer dessas empresas o motor do desenvolvimento nacional) ou se torna fragmentada, acabando por se manifestar como o produto incerto de pressões sociais ou como o mero ajustamento à força das circunstâncias, que se reconhece (habitualmente com atraso) mas não se domina. Em termos rigorosos, não se justifica sequer falar de decisão política a este propósito. Há uma cerimónia formal. há um ritual que se cumpre (apesar de tudo, o *Diário da República* continua a publicar-se), mas nem há convicção na decisão política nem há um efectivo respeito social pelo conteúdo desses exercícios formais do poder.

Nestas circunstâncias concretas, a estabilização do poder, realizada através da formalização de maiorias, é uma oportunidade para reforçar o ritual e para dar mais segurança à continuidade da cerimónia, mas não é uma garantia de eficácia e de efectividade desse poder político. Os interesses sociais poderão continuar fragmentados e a decisão política poderá continuar a sofrer os impactos de pressões sociais desencontradas, assentes numa mera lógica de clientelas, algumas das quais nem sequer têm uma característica nacional. A sociedade poderá continuar a reproduzir e a reforçar as anteriores tendências de inviabilidade sem que lhe seja contraposta qualquer direcção política consistente - e sem que haja fundamento razoável para o esperar quando a convergência de maiorias obriga a prever a continuidade dos mesmos modos de decisão política que se conhecem de fases anteriores.

Tudo isto se reflecte na relação política, tanto no carácter defensivo do exercício do poder como na indiferença

em termos das suas alternativas possíveis. Esse carácter defensivo tem a sua tradução mais significativa na subordinação do poder político às relações de clientela e às estruturas sociais corporativizadas mais fortes. A satisfação gradual ou demorada dessas pressões é um meio para manter o seu apoio e, ao mesmo tempo, para evitar a sua autonomização, exactamente porque isso poderia conduzir ao estabelecimento de uma nova corrente política. A autoridade do poder não é, assim, uma verdadeira direcção política; essa autoridade é apenas um meio de ordenação das pressões sociais de modo a que elas não venham a constituir uma ameaça a esse tipo de poder. A indiferença das alternativas resulta do facto, em si mesmo muito simples, de não ser possível a quem se encontra exterior ao poder justificar que teria melhores condições para realizar essa função de satisfação de pressões sociais do que quem já está no poder. Há uma barreira para a entrada neste «mercado». Essa barreira, por sua vez, facilita os processos de cooptação, em que os agentes do poder utilizam essas suas posições de supremacia para associar às suas acções e às suas decisões aqueles que poderiam constituir alternativas com credibilidade.

É natural que esta hipótese da indiferença das alternativas seja especialmente difícil de aceitar num regime democrático. Afinal, há liberdade de expressão, há partidos concorrentes, há eleições nas datas previstas - e até algumas eleições suplementares - não há fraudes eleitorais nem há intromissões declaradas de instituições nacionais que não têm uma especificidade política. Contudo, a variável explicativa deste efeito de neutralização de alternativas políticas não se deve procurar no formalismo democrático, estritamente cumprido, mas sim na fragmentação social. É essa fragmentação dos interesses sociais, que se recete no interior das próprias instituições nacionais como as Forças Armadas e a Igreja, que impede a formação de alternativas democráticas consistentes ou, no caso limite, que impede a formação de movimentos anti-democráticos. Não há efeitos sociais detonadores para esse tipo de mudanças nem há nenhuma estrutura de organização política com capacidade para dar expressão a outro modo de acção política.

Neste aspecto preciso, esta fase mais avançada do pós-salazarismo apresenta sinais mais nítidos de decadência política do que outras fases iniciais. O estatuto da diferença é agora mais necessário, mas é menor a credibilidade das estruturas orgânicas em que essa diferença se deveria manifestar, assim como é menor a capacidade de atracção social do que se apresentar como diferente - não porque essa diferença não seja socialmente desejada, mas porque a desconfiança em relação às aparências será agora maior. Aliás, sendo mais reduzidos os meios materiais e estando mais evoluídos os condicionalismos de inviabilidade, pode mesmo admitir-se que a formação de uma alternativa política não é um projecto atractivo, que se considere realizável, que possa reunir as capacidades que seriam necessárias para a sua execução.

O formalismo democrático é, assim, o melhor veículo para a continuidade do que tem pouco a ver com a funcionalidade democrática. A dinâmica da fragmentação social assimilou a dinâmica democrática, e esta transformou-se na cobertura legitimadora daquela. A variedade natural das escolhas democráticas evoluiu para a afirmação de um poder político que se torna inevitável porque não é possível a concretização da sua alternativa. A sucessão de artifícios defensivos para proteger a democracia acabou por colocar o exercício do poder à mercê da dinâmica social que não controla. A inevitabilidade deste tipo de poder corresponde à inevitabilidade do seu fracasso, apesar de concentrar os meios da sua autoridade e a razão da sua legitimidade.

### ***O Estado: a importância de ser funcionário***

As duas alterações históricas essenciais ocorridas nos últimos dez anos são dois prolongamentos lógicos de tendências originadas no salazarismo: a descolonização (que, no que tem de determinante, é um assunto do antigo regime) e o alargamento das funções do Estado. De base de suporte indispensável da política de Salazar, o Estado evoluiu para a função complexa de área de resolução dos problemas de equilíbrios entre grupos sociais, de racionalizador das acções colectivas, de principal apropriador da produção social, de promotor do desenvolvimento e, o que não é menos importante, como factor principal de segurança numa sociedade em recessão económica. Dificilmente se encontrará um exemplo mais evidente de sobrevivência de um quadro organizacional durante uma evolução por concepções políticas que se suporia serem drasticamente opostas.

Em abstracto, podem-se construir modelos justificativos das capacidades de uma estrutura organizativa como o Estado para realizar essa função complexa genericamente sumariada acima. Em concreto, será pelo menos surpreendente que uma sociedade que não gera naturalmente centros diversificados de racionalização consiga fazê-los aparecer numa única entidade e estruturá-los aí de um modo diversificado de modo a corresponder às diferenciações de interesses existentes na sociedade.

Esta dificuldade concreta não era desconhecida de Salazar. E se usou o Estado como base de suporte para a sua política, não deixou de o fazer com particulares precauções (a mais importante das quais seria a arbitrariedade nas promoções e nas punições) e, naturalmente, porque não construiu outra base alternativa para o seu modo de exercer o poder. O que é surpreendente, pelo menos ao nível da análise política, é que as concepções democráticas não tenham estabelecido a crítica desta utilização do Estado para fins de controle político e, pelo contrário, tenham continuado as linhas de tendência anteriores também neste domínio, mas agora sem as precauções que uma direcção política autoritária poderia ter. As dificuldades concretas gerais somam-se as dificuldades concretas específicas que resultam do desregulamento deste instrumento político que é o Estado, transformado agora numa entidade com uma dinâmica própria que se sobrepõe à decisão política, ainda que esta possa invocar a sua legitimidade democrática ..

Em lugar de ser o suporte de uma acção política ou, no quadro dos objectivos abstractos, o principal factor de equilíbrio, de racionalização e de dinamização, o Estado passou a ser o primeiro problema político, a entidade orgânica onde se manifestam e concentram os mais complexos problemas políticos. Perante a legitimidade democrática dos decisores políticos, o Estado contrapõe a força material da acumulação dos sinais e dos factores de inviabilidade.

Contudo, o papel do Estado pode também ser apreciado numa outra perspectiva, agora como suporte específico dos agentes políticos e das organizações com vocação política. Numa sociedade onde se fragmentam os interesses sociais e onde não existem centros de racionalização diversificados, a sustentação dos agentes políticos e a continuidade da sua acção constituem problemas de difícil resolução. Com excepção dos casos, certamente raros, onde o agente político é também detentor de uma fortuna pessoal, a sua actividade política tem de ser

apoiada por alguma forma «particular» de obtenção de meios financeiros. Não tendo sido os partidos organizados de modo a satisfazer esta função primária, a actividade política e a sua continuidade ficam dependentes ou do acesso a uma fonte de rendimentos protegida ou de uma rápida acumulação de rendimentos que funcione como se de uma fortuna pessoal se tratasse. Na primeira hipótese há, para um número restrito de agentes políticos, o acesso a cargos electivos (e ainda assim com a necessidade de assegurar a repetição da sua fortuna eleitoral); para o restante número de agentes políticos, muito maior, há o recurso a uma posição no funcionalismo público. Na segunda hipótese, a acumulação rápida de rendimentos pressupõe a possibilidade de prestação de um serviço de tal modo valioso para alguns interesses sociais que justifique um pagamento igualmente significativo; como esse tipo de oportunidades não deverá ser abundante, é necessário diversificar esse serviço no tempo (e as decisões políticas demoram mais tempo do que seria justificável para que os seus objectivos viessem a ser realizados em boas condições) e nos sectores (de modo a que pequenas oportunidades possam vir a formar a acumulação de rendimentos desejada).

Estas duas hipóteses só aparentemente são diferentes. Na prática, elas articulam-se. A representação específica de interesses para prestação de serviços políticos remunerados precisa de ter acesso aos agentes do poder colocados em cargos electivos; estes agentes, por sua vez, precisam de manter as suas relações com esses representantes de interesses sociais para que a continuidade dos seus resultados eleitorais não seja posta em causa.

Em tudo isto, a extensão das funções do Estado e a contemporânea desagregação dos centros de racionalização privados (que eram também centros de acumulação de capital) fazem do Estado a principal área de oportunidades e de concentração de recursos financeiros (directos e indirectos) para o exercício desta função complexa de prestação de serviços. E exactamente porque é assim, será punido com o afastamento das áreas de intervenção política quem se recusar a colaborar na constituição e no reforço destas redes de clientelas político-patrimoniais. A história das cisões partidárias é um bom exemplo das consequências dessa punição.

Conjugando estas duas perspectivas, verifica-se que o Estado, sendo a principal área de acumulação de problemas e de recursos é, também, o principal bloqueamento a uma acção política consistente, equilibradora, racionalizadora e promotora. Mas o Estado é, ainda, a principal área de sustentação dos agentes políticos e a garantia de continuidade da sua acção, criando-se assim uma classe política funcionalizada e autosustentada, não só porque se paga a si mesma mas também porque produz o «mercado» onde os seus rendimentos se geram. Em abstracto, este é um processo que se pode manter indefinidamente, dando um novo e irónico sentido à tese política da apropriação «colectiva» dos meios da produção e às suas consequências na decisão sobre a distribuição do produto social.

Dos múltiplos problemas do pós-salazarismo, esta libertação do crescimento espontâneo da entidade estatal numa sociedade caracterizada por dinâmicas de fragmentação dos grupos e interesses sociais é porventura a mais significativa do que tem sido a evolução no regime democrático.

### ***Relações funcionais e centros de racionalização***

As avaliações das possibilidades políticas em termos abstractos são, na generalidade dos casos, fundamentos de construções imaginárias violentamente interrompidas pela força dos factos. Por isso mesmo, as tendências de inviabilidade são muito mais importantes para indicar as possibilidades políticas reais do que as construções apoiadas em relações combinatórias formais ..

A necessidade de estabelecer relações funcionais na economia, na articulação entre o sistema económico e o sistema das relações sociais de produção e, necessariamente, na reavaliação dos limites da acção do Estado com implicação na economia, é uma condicionante política genericamente reconhecida. No entanto, esse reconhecimento não parece ser prolongado para a compreensão que também na política é necessário estabelecer relações funcionais, tão estritas como as que se pretende definir para a economia.

Um sistema político é uma estrutura muito dispendiosa em qualquer sociedade, especialmente numa sociedade que pretenda seguir uma via de modernização. É evidente que esse custo social tem de ser avaliado em termos de custo de oportunidade, isto é, em termos do que custaria à sociedade não ter um sistema político. Mas uma vez superada essa questão primária, sem grande significado na sociedade portuguesa há muitos séculos dotada de sistemas políticos institucionalizados, o custo social relevante deve ser avaliado em termos da eficácia e da efectividade da direcção política.

Neste quadro, a primeira avaliação de um sistema político deve ser feita em função da sua capacidade de racionalização e, se está estruturado em termos de uma orientação pluralista onde não se podem estabelecer racionalizações exclusivas, em função da sua capacidade de promover a constituição e o funcionamento de centros de racionalização diferenciados.

Em relação à organização política, esses centros de racionalização diferenciados são, em primeira linha, os partidos políticos. Em relação à organização social, esses centros de racionalização diferenciados são as formas de representação de interesses sociais, as estruturas de racionalização empresarial e as estruturas de produção cultural. Sem este conjunto de centros de racionalização, o produto do sistema político não justificará o seu custo social.

É nesta perspectiva global que se pode tomar a colocar a questão da tendência política forte que conduzirá à concentração de poderes. Em si mesma, é uma resposta ao pós-salazarismo, se este for essencialmente entendido como um período longo em que as relações de autoridade política não estiveram bem definidas. Ao responder a esta carência, a concentração de poderes retomaria uma linha funcional de viabilidade política. É uma resposta demasiado simples para a complexidade dos actuais problemas políticos da sociedade portuguesa. Durante o pós-salazarismo houve uma evolução histórica que não se processou no sentido de maior viabilidade das relações funcionais. Ainda que seja uma oportunidade oferecida pela concentração de poderes, a relação autoritária não será, só por si, suficiente para tomar viável o que não o é.

A relação estratégica necessária não parece ser, portanto, a que estabelece a ligação entre a concentração de poderes e a expressão da autoridade. A relação estratégica necessária continua a situar-se, como acontecia há dez anos, na ligação entre as relações funcionais e os centros de racionalização. A concentração de poderes para garantir a continuidade das tendências anteriores e dos modos de acção política já conhecidos não será mais do

que a continuidade das tendências de inviabilidade. Para ser eficaz, para justificar o custo social inerente ao sistema político, a concentração de poderes terá de expressar uma efectiva capacidade de racionalização - pelo que a questão política continua a ser, como era há dez anos, muito mais uma questão de organização do que uma questão de autoridade ou de ideologia.

### ***Modernização e regressão histórica***

As crises históricas acontecem, mesmo quando existem todos os elementos que permitem a sua compreensão analítica. A acção política tem sempre consequências, sendo irrelevante que os seus autores depois se apresentem na disposição de se penitenciarem dos erros que propuseram ou sancionaram. A evolução de uma sociedade não depende da sinceridade das autocríticas.

A sociedade portuguesa não chegou a ultrapassar, no quadro do desenvolvimento europeu do pós-guerra, a fase de um desenvolvimento intermédio, onde o acesso a mercados coloniais compensava a sua posição periférica em relação à Europa. O ponto mais fraco e mais condicionante desse desenvolvimento intermédio, o ponto que seria necessário superar para que fases mais evolui das qualitativamente pudessem ser atingidas, situava-se no domínio das estruturas organizativas e das capacidades dos centros de racionalização. Essas estruturas e a qualidade do que produzem não dependem de capacidades individuais nem podem estar dependentes delas. São estruturas colectivas e são hábitos de comportamento que precisam de períodos longos para se implantar e para assegurarem a sua continuidade. Em grande medida, seria destas estruturas colectivas e destes hábitos de comportamentos que dependeria a resolução dos problemas do pós-salazarismo.

Foi exactamente nesse ponto que mais se fizeram sentir as transformações concretas ocorridas nestes últimos dez anos - e no sentido da sua desagregação, ou mesmo da subversão da sua funcionalidade. Em lugar de serem superados, os problemas do pós-salazarismo encontraram novas e mais sofisticadas expressões, agora assimiladas na própria prática da democracia.

É neste contexto que se justifica falar de regressão histórica. E são cada vez mais raros o que se recusam a aceitar que a resolução dos problemas do pós-salazarismo se poderá fazer com a repetição dos modelos utilizados por Salazar. Resolver deste modo os problemas do pós-salazarismo seria a última das ironias - mas é ela que se esconde, sob o manto formal de democracia, na tendência da concentração de poderes que restabeleça a relação de autoridade política.

### ***As possibilidades de internacionalização***

A sociedade portuguesa tem uma fronteira económica muito frágil: nela se reflectem, sem possibilidade de ocultação, as inviabilidades das relações funcionais na economia. Mas a sua fronteira política não é menos frágil: quando as relações funcionais no sistema político perdem a sua eficácia e a sua efectividade, o recurso aos apoios e racionalizações do exterior aparece como a defesa em última instância da continuidade do sistema político. As possibilidades de internacionalização dos problemas nacionais não são meras hipóteses remotas ou desejos imaginários; a evolução mais recente mostra que são programas políticos concretos.

É uma aposta, que se há-de louvar a coragem dos que não hesitam em a formular com tanta frontalidade. No entanto, não parece que seja uma aposta com condições de razoável remuneração. Qualquer que seja a vontade externa de auxílio, e qualquer que seja a importância do que se promete como contrapartida, o problema de fundo continua exactamente como estava: é um problema nacional e continua a ser nacional e responsabilidade de encontrar as relações funcionais que sejam viáveis. O analgésico é útil para diminuir a dor e o antibiótico pode ser necessário para dominar a infecção; mas não é possível evitar a intervenção cirúrgica. E corre-se mesmo o risco de nem ter analgésico nem antibiótico, mas um simples placebo que se situa no imaginário.